



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Luiz Gastão (PSD/CE)

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 4.507, DE 2024

Institui, para as empresas de grande porte, prazo de 30 (trinta) dias de pagamento para o fornecimento de produtos ou serviços de microempresas e empresas de pequeno e de médio porte, e dá outras providências.

Autor: Deputado JULIO LOPES

Relator: Deputado LUIZ GASTÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.507, de 2024, de autoria do Deputado Julio Lopes, busca instituir, para as empresas de grande porte, prazo de 30 (trinta) dias de pagamento para o fornecimento de produtos ou serviços de microempresas e empresas de pequeno e de médio porte, e dá outras providências.

A proposição utiliza as definições de microempresas e empresas de pequeno porte utilizadas na Lei Complementar nº 123, de 2006, e as definições de empresa de médio porte da Lei nº 11.638, de 2007.

Estipula a proposição que o prazo máximo para o pagamento dos serviços prestados ou dos produtos fornecidos por microempresas e por empresas de pequeno e médio porte será de 30 dias a contar da data de emissão da nota fiscal. Caso exista descumprimento dessa determinação, haverá multa moratória de 2% sobre o valor total devido, e juros legais moratórios de que trata o art. 406 do Código Civil a contar do vencimento do referido prazo de 30 dias.



Adicionalmente, fica vedada, nos negócios jurídicos entre grandes empresas com micro, pequenas ou médias empresas, a inclusão de cláusulas contratuais que:

- modifiquem unilateralmente os termos contratuais sem o consentimento expresso da outra parte;
- limitem ou eliminem a responsabilidade do contratante pelo pagamento dos serviços prestados ou dos produtos fornecidos;
- estabeleçam prazos de pagamento a partir de datas distintas da emissão da nota fiscal;
- estabeleçam taxas de juros ou multas inferiores às estabelecidas nesta Lei.

Por outro lado, a proposição dispõe que, em casos excepcionais, será permitido às partes contratantes estipular prazos de pagamento superiores a 30 dias da emissão da nota fiscal, desde que:

- não se trate de um contrato de adesão ou similar, devendo o contrato ter sido negociado com a participação efetiva de ambas as partes; e
- o prazo estabelecido não represente abuso de direito por parte da empresa de grande porte.

A proposição destaca que suas disposições são aplicáveis a todos os contratos firmados entre empresas de grande porte e micro, pequenas e médias empresas, independentemente do objeto do contrato, ressalvadas as disposições previstas em legislações específicas sobre setores regulados.

Ademais, o projeto estabelece que a fiscalização do cumprimento das disposições da Lei decorrente desta proposição ficará a cargo de autoridade competente a ser designada pelo Poder Executivo na forma do regulamento, que poderá adotar mecanismos eletrônicos para verificar a regularidade dos pagamentos em questão.

Estabelece ainda que o descumprimento reiterado das disposições desta Lei por parte das empresas de grande porte será objeto de



sanções administrativas progressivas, como advertências, multas e outras penalidades que sejam previstas no regulamento. Esse descumprimento reiterado será caracterizado quando houver mais de 3 infrações constatadas no período de 12 meses.

Por fim, estabelece o projeto que a Lei decorrente desta proposição entra em vigor após decorridos 120 dias de sua publicação oficial.

A proposição, que tramita em regime ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva e foi distribuído às comissões de Indústria, Comércio e Serviços, que apreciará seu mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará sobre tanto sobre o mérito como sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.507, de 2024, de autoria do Deputado Julio Lopes, propõe que empresas de grande porte efetuem o pagamento a micro, pequenas e médias empresas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega de produtos ou serviços.

A iniciativa parte de uma intenção legítima e louvável: valorizar os pequenos negócios e assegurar previsibilidade no recebimento de valores. No entanto, a forma como a medida está estruturada pode gerar efeito oposto ao desejado.

A imposição de prazos fixos e obrigatórios tende a levar grandes empresas a priorizar fornecedores que não estejam sujeitos a essa limitação, reduzindo ou até interrompendo relações comerciais com micro e pequenas empresas, para evitar riscos de descumprimento e penalidades.

Com o objetivo de preservar a essência da proposta e, ao mesmo tempo, evitar barreiras que afastem potenciais contratantes,



elaboramos um substitutivo que substitui a obrigação legal por um mecanismo voluntário de incentivo: o Selo Empresa Amiga das Micro e Pequenas Empresas. Esse selo será concedido a empresas de grande porte que comprovarem a adoção de práticas comerciais justas, transparentes e sustentáveis com micro e pequenas empresas.

Entre os critérios para sua obtenção estão a manutenção de prazos de pagamento compatíveis com a boa prática de mercado e favoráveis às MPMEs, a clareza e transparência nas condições contratuais, o histórico de relacionamento ético e estável com fornecedores de menor porte e a implementação de políticas internas que incentivem a contratação desses empreendimentos.

As empresas certificadas poderão utilizar o selo em seus materiais institucionais e publicitários, além de receberem destaque em cadastros e eventos oficiais, funcionando como um diferencial competitivo e de reputação no mercado. Trata-se de um estímulo positivo, que valoriza a boa conduta empresarial sem impor restrições capazes de gerar retração de mercado.

A relevância dessa medida é reforçada pela importância das MPEs na economia nacional. Segundo o Mapa de Empresas – 1º Quadrimestre de 2025, do Ministério do Empreendedorismo, o Brasil conta com 23,2 milhões de empresas ativas, sendo 93,6% micro ou pequenas.

Apenas no primeiro semestre de 2025, conforme dados do Sebrae e do CAGED, essas empresas foram responsáveis por 64% das vagas formais criadas no país, com saldo líquido de 747,6 mil empregos.

Experiências internacionais demonstram que a imposição de prazos rígidos pode ter consequências indesejadas.

No Reino Unido, análises do UK Federation of Small Businesses (FSB, 2022) apontam que, após a adoção de regras mais severas de pagamento em determinados setores, houve casos de grandes empresas reduzindo o número de fornecedores pequenos para evitar riscos de descumprimento e penalidades.



Na Austrália, relatório do Australian Small Business and Family Enterprise Ombudsman (ASBFEO, 2021) registrou que a introdução de prazos obrigatórios de pagamento para pequenas empresas em contratos corporativos e governamentais resultou em renegociações contratuais com valores menores e migração para fornecedores de maior porte, considerados menos “arriscados”.

Na União Europeia, a European Commission (Relatório de Avaliação da Diretiva 2011/7/EU, 2020) constatou que, em alguns mercados, empresas de grande porte passaram a impor condições mais restritivas ou internalizar etapas da cadeia produtiva para evitar obrigações legais rígidas.

Esses exemplos demonstram que, quando a lei impõe prazos e sanções de forma inflexível, pode haver retração na contratação de pequenos fornecedores, prejudicando justamente quem se pretende proteger.

Diante desse cenário, o substitutivo apresentado busca um caminho mais eficaz e seguro: incentivar, e não obrigar, a adoção de boas práticas comerciais, fortalecendo as micro e pequenas empresas sem comprometer sua inserção no mercado.

Assim, em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.507, de 2024, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO
Relator



COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 4.507, DE 2024

Institui, no âmbito nacional, o Selo “**Empresa Amiga das Micro e Pequenas Empresas**”, destinado a reconhecer e valorizar empresas de grande porte que mantenham práticas comerciais justas, transparentes e sustentáveis com microempresas e empresas de pequeno porte, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito nacional, o Selo Empresa Amiga das Micro e Pequenas Empresas, destinado a reconhecer e valorizar empresas de grande porte que mantenham práticas comerciais justas, transparentes e sustentáveis com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 2º O selo tem por finalidade valorizar empresas de grande porte que promovam contratos e parcerias com micro e pequenas empresas, incentivar relações comerciais equilibradas e de benefício mútuo, estimular a responsabilidade social corporativa e ampliar a visibilidade de empresas que adotem boas práticas de relacionamento com fornecedores de menor porte.

Art. 3º A concessão do selo dependerá do atendimento cumulativo, no exercício fiscal anterior, aos seguintes requisitos:

I – realização de, no mínimo, cinquenta por cento do valor total anual de compras ou contratações junto a microempresas e empresas de pequeno porte;

II – pontualidade mínima de noventa por cento nos pagamentos realizados a microempresas e empresas de pequeno porte, considerando os prazos pactuados;



III – existência de política formal de seleção e contratação que assegure igualdade de oportunidades a fornecedores de menor porte;

IV – disponibilização de ações de apoio ou capacitação para fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte;

V – adoção de práticas de transparência e compliance nas relações comerciais, com canais de comunicação acessíveis para fornecedores.

Art. 4º A adesão ao selo será voluntária e dependerá de solicitação da empresa interessada, acompanhada da documentação comprobatória do cumprimento dos requisitos previstos no art. 3º.

Art. 5º O selo terá validade de doze meses, podendo ser renovado mediante nova avaliação.

Art. 6º As empresas certificadas poderão utilizar o selo em materiais institucionais, publicitários e comerciais, bem como serão incluídas em cadastro público divulgado em portal oficial e poderão ser destacadas em eventos, feiras e programas de fomento organizados pelo poder público.

Art. 7º O Poder Executivo federal poderá editar normas complementares para detalhar procedimentos de solicitação, análise e renovação do selo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) poderá atuar, em cooperação com o órgão competente do Poder Executivo federal, no apoio técnico e operacional à implementação do selo, especialmente na divulgação, orientação, capacitação e promoção de ações de integração entre empresas de grande porte e micro e pequenas empresas.

Parágrafo único. A cooperação de que trata o caput será formalizada por meio de instrumentos de parceria, convênios ou outros mecanismos previstos em lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO
Relator

